

IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO JARDIM VITÓRIA

Autor: Tiago Marques de Oliveira¹; Co-Autor: Taís Cristina Canola²

Abstract:

The social participation of non-state actors plays a fundamental role in River Basin Committees, especially in the development of water management plans aligned with the National Water Resources Policy. The Ribeira de Iguape and South Coast River Basin Committee recognizes this importance and promotes actions such as Water Week and Environment Week, in addition to using engaging tools at other institutions' events to increase its visibility. In this context, social mobilization is essential to inform the population and encourage the participation of organized society in the planning and management of water resources. This participation is crucial to ensuring water quality protection, water security, and access to essential sanitation and solid waste management services. Active involvement in the Committee's discussions and Technical Chambers, as well as in the development of the Basin Plan, is decisive for universal access to these services. For this participation to be effective, it is necessary to develop dissemination planning, awareness events, and social mobilization that reach both urban and rural areas, promoting the exercise of citizenship. The actions of the Community Development Association of Jardim Vitória in Registro-SP exemplify this approach, by facilitating residents' access to discussions on water resources, allowing them to present demands and opinions. Thus, they contribute to the formulation of more inclusive public policies and to the improvement of local sanitation, strengthening community involvement in water resource management.

Resumo:

A participação social de atores não estatais desempenha papel fundamental nos Comitês de Bacias Hidrográficas, especialmente na elaboração de planos de gestão das águas, alinhados à Política Nacional de Recursos Hídricos. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul reconhece essa importância e promove ações como a Semana da Água e a Semana do Meio Ambiente, além de utilizar ferramentas lúdicas em eventos de outras instituições para ampliar sua visibilidade. Neste contexto, a mobilização social é essencial para informar a população e estimular a participação da sociedade organizada no planejamento e na gestão dos recursos hídricos. Essa participação é crucial para assegurar a proteção da qualidade da água, a segurança hídrica e o acesso a serviços essenciais de saneamento básico e gestão de resíduos sólidos. O envolvimento ativo nas

1) Bacharel em Ciências Contábeis pela Unisepe, Licenciatura em Pedagogia pelo IFSP Campus Registro, Especialização em Gestão de Programa de Reforma Agrária pela UFLA e Ecoturismo: Interpretação e Planejamento pela UFLA, Servidor Público Estadual da Fundação ITESP, e Vice presidente da ADCJV, Rua Juquiá, 150, Registro-SP, (13) 98192-4720, tiagomarques.itesp@gmail.com

2) Bacharel em Ciências Sociais pela UFSCar, Especialização em Geoprocessamento pela UFABC, Servidora Pública Estadual, da CATI/SAA-SP, Rua Juquiá, 150, Registro-SP, (13) 98117-3222, tais.canola@sp.gov.br

discussões do Comitê e nas Câmaras Técnicas, bem como na elaboração do Plano de Bacia, é determinante para a universalização do acesso a esses serviços. Para que essa participação seja efetiva, é necessário desenvolver um planejamento de divulgação, eventos de conscientização e mobilização social que atinjam tanto áreas urbanas quanto rurais, promovendo o exercício da cidadania. A atuação da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Jardim Vitória, em Registro-SP, exemplifica essa abordagem, ao facilitar o acesso dos moradores às discussões sobre recursos hídricos, permitindo que apresentem demandas e opiniões. Assim, contribuem para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e para a melhoria do saneamento básico local, fortalecendo o envolvimento comunitário na gestão dos recursos hídricos.

Palavras-Chave – Participação Social; Saneamento Básico; Cidadania

INTRODUÇÃO

A participação social de atores não estatais desempenha papel fundamental nos Comitês de Bacias Hidrográficas, especialmente na elaboração de planos de gestão das águas, alinhados à Política Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997). Os Planos de Bacias Hidrográficas constituem instrumentos fundamentais de planejamento que orientam a sociedade e os tomadores de decisão na recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos. Por terem horizonte de longo prazo, exigem revisões e atualizações periódicas para que permaneçam eficazes diante das mudanças socioambientais. Como afirmam Abers e Keck (2004 e 2008), esses planos devem refletir a participação efetiva da sociedade civil para garantir legitimidade e efetividade às ações de gestão hídrica, mas a criação de tais fóruns deliberativos nem sempre resulta na democratização do processo decisório ou em aumento de sua eficácia.

O novo modelo de gestão de recursos hídricos no Brasil, que se iniciou com a Constituição Federal de 1988, é integrado, democrático e descentralizado, tendo a bacia hidrográfica como unidade de referência e gerenciamento. Conforme Sempertegui e De Menezes (2021), o planejamento é compartilhado entre o poder público, organizações da sociedade civil e usuários, integrando decisões sobre desenvolvimento, uso de água, saneamento e meio ambiente. Esse modelo envolve uma diversidade de agentes com objetivos contraditórios, fazendo com que os interesses de uns funcionem como reguladores dos interesses de outros.

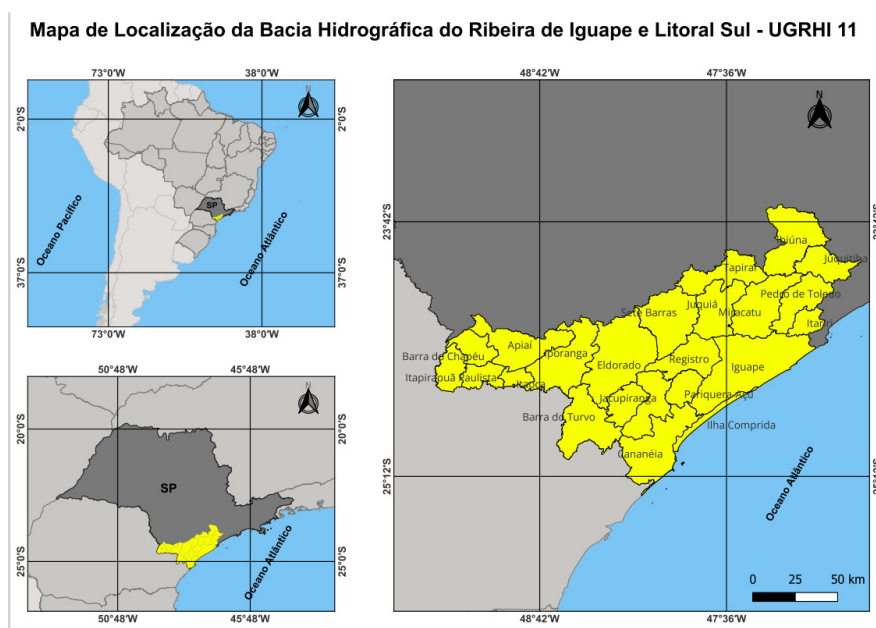
A Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, correspondente à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI 11), situada em área de elevada biodiversidade e reconhecida importância estratégica para o Estado de São Paulo, engloba 23 municípios cuja sede administrativa se encontra em Registro/SP (Figura 1). Segundo dados do Relatório de Situação (ano base 2019), a bacia possui uma população de 372.061 habitantes, dos quais a maior parte (74,5%) reside em áreas rurais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região é de 0,711, classificado como nível médio, em contraste com a média estadual paulista de 0,783, que é considerada de alto desenvolvimento humano. A economia local é baseada em atividades primárias, como agropecuária (palmito, banana, bubalino, plantas ornamentais...) e mineração, além da pesca profissional e do turismo nas áreas litorâneas. A bacia é uma das mais conservadas do estado, com aproximadamente 78% de seu território coberto por vegetação nativa, predominantemente Mata Atlântica. No entanto, enfrenta desafios significativos de saneamento, incluindo índices de atendimento de água e esgoto que necessitam de melhorias, e a detecção de contaminantes em águas subterrâneas. Nesse território, onde coexistem ecossistemas diversos e comunidades com diferentes

realidades socioeconômicas, persistem desafios relacionados à gestão hídrica e ao saneamento, o que torna indispensável integrar planejamento técnico e participação social.

A inclusão da comunidade nos processos de discussão e elaboração dos planos de gestão das águas permite que ações sejam debatidas, priorizadas e executadas de acordo com a realidade local, atendendo às necessidades específicas da população. O princípio do controle social, inscrito na Lei n.º 11.445/2007, garante à sociedade acesso à informação, representação técnica e participação em todas as fases de formulação, planejamento e avaliação dos serviços públicos de saneamento básico (BRASIL, 2007). Contudo, muitos cidadãos ainda desconhecem ou não exercem esse direito. Assim, a mobilização social torna-se ferramenta essencial nos Comitês de Bacia para assegurar participação efetiva, informar a população, estimular a organização civil e coletar dados sobre a situação do saneamento.

No âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH/RB), são realizadas ações, como a Semana da Água e Semana do Meio Ambiente, bem como projetos de comunicação e mobilização que possibilitam a presença ativa de entidades civis, como a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Jardim Vitória (ADCJV), de Registro-SP, resultando em políticas públicas concretas para a comunidade. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul mediante a participação ativa da sociedade civil organizada e o fortalecimento do controle social. Para alcançá-la, busca-se incentivar a inclusão efetiva dos usuários das águas nos debates e na elaboração dos Planos de Bacias, implementar mecanismos que assegurem amplo acesso à informação e participação cidadã na formulação e avaliação dos serviços de saneamento, facilitar a criação de projetos comunitários sustentáveis, desenvolver campanhas de comunicação que ampliem a conscientização sobre direitos e deveres relativos à água e ao saneamento, garantir revisões periódicas dos planos incorporando as demandas da população e, finalmente, documentar e divulgar os resultados positivos da participação comunitária como referência para outras regiões.

Figura 1 – Mapa de localização da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 11



Mapa elaborado por Taís Canola, Fonte: IBGE, 2021 e SIG-RB

MATERIAL E MÉTODOS

A participação social é fundamental para alcançar um dos princípios da Lei 11.445 (BRASIL, 2007), que é a universalização do acesso ao saneamento básico. Sem essa participação, o mapeamento da situação dos serviços de saneamento, o planejamento das ações e as tomadas de decisões ficam comprometidos, prejudicando o acesso aos serviços de saneamento no município. Segundo Nascimento e Uchoa (2016), a participação social se enquadra no processo de redefinição entre o público e o privado, e fortalece a capacidade de crítica e de intervenção dos segmentos mobilizados através de um processo informativo, redistribuindo o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso à informação. Com vista a promover esta participação, a ADCJV, realizou ações para mobilizar a comunidade local. Em 2021, foi realizado um levantamento do perfil sócio econômico da população do bairro, em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, onde se constatou, entre outros dados, a falta de acesso aos serviços de saneamento básico por grande parte da população local, identificados, pela maioria dos entrevistados, como a principal demanda para melhoria da qualidade de vida dos moradores.

O envolvimento da população é crucial para identificar os problemas nos serviços de saneamento e auxiliar no planejamento de ações que beneficiem toda a comunidade. A primeira ação foi organizar a comunidade em busca de direitos básicos e orientá-la sobre a possibilidade de participar do CBH/RB e de suas Câmaras Técnicas. Para facilitar essa participação, foi planejada uma reunião com as lideranças do bairro (Figura.2).

Figura 2 – Reunião de mobilização com lideranças do bairro Jardim vitória



Além das reuniões, os moradores foram convidados a participar de eventos que contaram com a presença de agentes públicos (autoridades e técnicos), que forneceram encaminhamentos e suporte legal e técnico sobre os assuntos tratados (Figura 3). Para divulgar esses diálogos e eventos, foram produzidos materiais promocionais e utilizadas ferramentas digitais. Após essa fase de engajamento, a ADCJV se inscreveu para pleitear uma vaga como membro na cadeira no segmento de “Usuários das águas, representados por associação comunitária de moradores”. Após o processo de credenciamento para pleitear a vaga, foi realizada a Assembleia do Comitê para eleição de novos integrantes. Essa Assembleia contou com a participação de agentes públicos municipais e estaduais, bem como da sociedade civil organizada, com o foco principal em eleger e empossar novos membros, instituir e deliberar sobre a importância da participação nas Câmaras Técnicas e em

grupos de trabalho. Nesse contexto, a ADCJV tornou-se membro e representante da sociedade civil naquele colegiado.

Figura 3 – 22ª Semana da Água promovida pelo CBH-RB, evento discute impactos relacionados às questões hídricas no Vale do Ribeira para as comunidades locais, com a participação de representantes da ADCJV



As reuniões subsequentes no âmbito do CBH/RB, com a participação da ADCJV, foram estruturadas em três etapas: apresentação dos temas que permeiam as Câmaras Técnicas (CT), apresentação dos Programas de Desenvolvimento Continuados (PDCs) e desenvolvimento de trabalhos em grupo para análise e priorização de projetos pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Na apresentação dos temas da CT de Saneamento Básico, foram abordados tópicos como a definição de saneamento básico, as consequências de um saneamento inadequado e alternativas para planos locais e municipais de saneamento. Após a apresentação, os presentes foram convidados a relatar suas dificuldades, elencar os problemas de saneamento básico em seu território e sugerir atividades ou projetos para melhorias. Sobre a CT de Educação Ambiental, foram apresentadas as atividades relacionadas à Semana da Água e Semana do Meio Ambiente.

Nessas reuniões a ADCJV sempre destacava a necessidade de ampliação da rede de abastecimento de água e da coleta de esgoto, uma vez que o bairro ainda despejava seus resíduos de forma irregular. Durante as discussões e votações sobre as prioridades entre os programas e ações, a ampliação da distribuição de água e a construção da rede coletora de esgoto para o bairro Jardim Vitória foram deliberadas e encaminhadas à agência responsável. Também foi elaborado um plano de execução pela ADCJV, que visava conscientizar os moradores sobre a conservação, manutenção e respeito aos recursos hídricos, detalhando ações como o plantio e distribuição de mudas, campanhas de reciclagem, distribuição de banners educativos na comunidade, campanhas contra o uso de defensivos em áreas de proteção e a fixação de placas informativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade do Jardim Vitória formou-se a partir de uma ocupação não planejada às margens da Rodovia SP 139, próxima ao rio Ribeira de Iguape. Até 2018 o bairro figurava como área clandestina, situação que restringia o acesso dos 485 moradores a serviços públicos formais e limitava sua capacidade de reivindicação. A regularização fundiária reivindicada pela Associação e

viabilizada pela Fundação ITESP, parcialmente concluída em 2023, ofereceu a base jurídica necessária para que os investimentos em água, esgoto e iluminação se concretizassem. Ainda assim, 74% das famílias continuam vivendo com até dois salários mínimos e depende, em grande medida, de empregos informais nos bananais ou de benefícios assistenciais, o que evidencia a importância da infraestrutura básica para a saúde, a renda e a dignidade locais.

Figura 4 – Atividade de Educação Ambiental com crianças do Jardim Vitória, plantio de mudas doadas pela UNESP em Área de Preservação Permanente do bairro



A criação da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Jardim Vitória (ADCJV) desempenhou papel central na mobilização social do bairro e permitiu que seus representantes ingressassem no CBH-RB. A participação contínua em câmaras técnicas e audiências públicas deu voz a um território até então invisível, aproximou moradores de professores universitários, técnicos da SABESP, gestores municipais, estaduais e parlamentares e, sobretudo, fomentou parcerias que extrapolaram o tema da água. A qualidade da representação, que envolve fatores como a atuação cidadã, a consciência individual e o compartilhamento de interesses, são cruciais para a efetividade dos comitês, conforme Barbosa, Hanai e Silva (2016).

Entre 2022 e 2024 a comunidade obteve a doação de duzentas mudas nativas da Unesp para recuperação de Áreas de Preservação Permanente (Figura 4), duas emendas parlamentares – destinadas a melhorias de infraestrutura no bairro – e assentos em conselhos municipais de Saúde e Segurança. O resultado mais palpável dessa articulação foi a instalação, em 2023, de 2,8 km de rede coletora, 143 ligações domiciliares e uma estação elevatória, possibilitando acesso de tratamento de esgoto aos moradores do Jardim Vitória (Figura 5).

O levantamento realizado em 2021 pela ADCJV, através da aplicação de 79 questionários com moradores do bairro, ou seja, antes das obras, permitiu identificar, hierarquizar e legitimar as principais necessidades locais. Esses resultados, sintetizados na Tabela 1, foram determinantes para a negociação com o poder público (Figura 6) e direcionaram a alocação de recursos no período subsequente.

Figura 5 – Estação de Esgoto da SABESP instalada no Bairro Jardim Vitória



Figura 6 – Reunião da ADCJV com prefeito, secretários municipais e vereadores de Registro-SP



O levantamento foi realizado por meio de um questionário aplicado presencialmente pela Associação de Desenvolvimento Comunitário do Jardim Vitória (ADCJV). Os moradores do bairro avaliaram sete temas principais: saneamento (água, esgoto e lixo); segurança pública; regularização fundiária; iluminação e pavimentação; capacitação profissional; atividades recreativas e; informações e ações voltadas à saúde, drogas, cidadania e participação comunitária. Cada participante atribuiu uma nota de 1 a 7 a cada tema, onde 7 indicava maior importância e 1, menor importância; a opção “sem priorização” foi utilizada caso o item não fosse considerado relevante. Para a análise, as respostas foram agrupadas em três categorias: alta prioridade (notas 7, 6 e 5), média prioridade (notas 4 e 3) e baixa prioridade (notas 2, 1 ou sem priorização). Foram calculadas as frequências absolutas e relativas de cada faixa para identificar a hierarquia das demandas do bairro. Os resultados, apresentados na Tabela 1, foram essenciais para orientar negociações com o poder público e a alocação de recursos no período subsequente.

Tabela 1 – Prioridades identificadas pelos moradores do Jardim Vitória

Tema avaliado	% de respostas de alta prioridade (notas 7-6-5)	% de respostas de média prioridade (notas 4-3)	% de respostas de baixa prioridade (notas 2-1)	Leitura sobre as respostas dos moradores (síntese)	Principais ações e ganhos entre os anos 2022-2025
Saneamento (água, esgoto, lixo)	88,6%	1,3%	10,1%	Demanda considerada urgente; base para saúde e dignidade.	Rede coletora de 2,8 km, 143 ligações domiciliares; coleta de lixo ampliada.
Segurança pública	60,7 %	16,5%	22,8%	Recorrências de furtos e baixa presença policial.	Criação do grupo de WhatsApp “Vizinhos Solidários”; participação da Associação no Conselho Municipal de Segurança.
Regularização fundiária	57,0%	19,0%	24,0%	Falta de titulação gera insegurança jurídica	Aproximadamente 140 títulos entregues; trabalho de georreferenciamento em curso.
Iluminação pública e pavimentação	63,3%	15,2%	21,5%	Falta de mobilidade e insegurança noturna	Iluminação LED em quatro ruas; projeto de pavimentação aprovado.
Capacitação profissional	17,7%	45,6%	36,7%	Interesse existe, mas infraestrutura básica é prioridade.	Curso de auxiliar administrativo ofertado pela Prefeitura e ETEC.
Atividades recreativas e esportivas	16,5%	29,1%	54,4%	Visto como benefício futuro, após demandas essenciais.	Previsão de implantação de academia livre e praça poliesportiva.
Saúde, drogas, cidadania e participação comunitária	10,1%	32,9%	57,0%	Baixa priorização, possivelmente por desconhecimento.	Realização de mutirões de saúde dos olhos e vacinação na sede da associação.

A análise dos dados evidencia forte correspondência entre a percepção comunitária e as políticas implementadas. A prioridade máxima concedida ao saneamento foi corroborada pelas intervenções da SABESP, ilustrando como diagnósticos participativos podem orientar a distribuição eficiente de recursos hídricos em contextos vulneráveis. O engajamento coletivo também produziu efeito multiplicador: embora a segurança pública não seja competência direta do Comitê de Bacia, sua colocação em segundo lugar levou a ADCJV a ingressar no Conselho Municipal de Segurança, demonstrando que o capital social gerado no CBH-RB transborda para outras arenas decisórias. Com a consolidação dos serviços básicos, temas inicialmente secundários, como capacitação profissional e lazer, passaram a ganhar espaço nas agendas locais, fenômeno que confirma o modelo de “escada de prioridades”, segundo o qual as demandas de infraestrutura antecedem aquelas voltadas ao desenvolvimento humano. Além disso, a regularização fundiária mostrou-se elemento estruturante, pois contribuiu para que a SABESP executasse as obras de esgoto, reforçando a tendência entre titulação de terras e investimentos públicos.

Algumas limitações devem ser reconhecidas. A amostra de 79 questionários representa aproximadamente 52 % dos domicílios ocupados, o que, embora expressivo, pode conter viés de seleção em virtude da maior participação de associados da ADCJV. Ademais, a avaliação de impactos em saúde após a implantação do esgotamento sanitário ainda carece de séries históricas que permitam análises mais robustas.

Em síntese, a experiência do Jardim Vitória demonstra que a combinação de mobilização comunitária, participação em instâncias de bacia e articulação entre atores técnicos e políticos acelera a universalização do saneamento e desencadeia melhorias em outras políticas setoriais. O quadro de prioridades construído coletivamente converteu necessidades empíricas em linguagem técnica e, por consequência, em orçamento público. Observa-se, portanto, um processo que pode ser replicado em outros núcleos periféricos do Vale do Ribeira, atendendo ao princípio do controle social previsto na Lei 11.445/2007 e fortalecendo a gestão integrada dos recursos hídricos.

CONCLUSÃO

A análise dos dados e as reflexões apresentadas neste trabalho reforçam a importância da participação da sociedade civil como elemento-chave para a efetivação de ações de saneamento básico e de desenvolvimento comunitário. A forte correlação entre as demandas percebidas pela comunidade e as intervenções realizadas evidencia que diagnósticos participativos podem orientar de forma eficiente as políticas públicas e a alocação de recursos, além de estimular o engajamento social em prol de melhorias estruturais essenciais.

O controle social deve ser contínuo e não se limitar apenas ao período de elaboração dos planos. A participação ativa em câmaras técnicas, como as de Saneamento Básico, Infraestrutura e Educação Ambiental, é fundamental para garantir um envolvimento duradouro. As atividades de mobilização social não apenas ajudaram a diagnosticar a situação do saneamento, mas também foram vitais para informar a população, que muitas vezes identifica problemas e tem interesse em resolvê-los, mas não sabe como agir.

Assim, recomenda-se a implementação de estratégias de divulgação, educação ambiental e mecanismos participativos permanentes, que fomentem a conscientização, o protagonismo social e o compromisso coletivo com a expansão e aprimoramento dos serviços de saneamento. Dessa forma, a participação social se consolidará como um catalisador para a construção de comunidades mais saudáveis, justas e sustentáveis, alinhadas às necessidades e prioridades da população.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. N.; KECK, M. Comitês de Bacia no Brasil: uma abordagem política do estudo da participação social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (Anpur)**, v. 6, n. 1, 2004. P. 55-69.
- ABERS, R.; KECK, M. E. Representando a diversidade: estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, 2008.
- BARBOSA, F. D.; HANAI, F. Y.; SILVA, P. A. R. Participação, representação e representatividade no processo de tomada de decisão em Comitês de Bacia Hidrográfica: conceitos, reflexões e discussões. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 34-46, dez. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 1997.
- BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jan. 2007
- CBH-RB (Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul). **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11**. Disponível em: <https://comiterb.com.br/relatorio-de-situacao-dos-recursos-hidricos/>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Malhas territoriais: downloads. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/15774-malhas.html?=&t=download> s. Acesso em: 03 jun. 2025.
- JACOBI, P. R.; FRACALANZA, A. P. Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 11-12, jan./dez. 2005. p. 41-49.
- NASCIMENTO, P. S. S.; UCHÔA, H. S. Processo de Representação e Participação Social: uma análise crítica. **Id on Line Revista de Psicologia**, v. 10, n. 29, p. 111-128, fev. 2016.
- SEMPERTEGUI, P. O. A.; DE MENEZES, F. A. A. Gerenciamento de recursos hídricos no Brasil e no Estado de São Paulo: um novo modelo de política pública. **Engenharia e Saúde Pública**, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2021.
- SIG/RB – Sistema de Informações Geográficas da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul do CBH-RB. Disponível em: <https://www.sigrb.com.br/>. Acesso em 04 jun. 2025